



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO nº _____ de 2019

(Deputada Fernanda Melchionna)

Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para comparecer a esta Comissão a fim de explicar e debater as reduções orçamentárias da área de Gestão Ambiental previstas no PLOA 2020, bem como a baixa execução dos recursos para essa área.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, inc. I, §§1º e 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam adotadas as providências necessárias para a convocação Ministro de Estado da Economia, Sr. Paulo Roberto Nunes Guedes, para comparecer a esta Comissão a fim de explicar e debater as reduções orçamentárias da área de Meio Ambiente previstas no PLOA 2020, bem como a baixa execução dos recursos para essas áreas.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, a sociedade brasileira vem sofrendo as consequências de um programa de ajuste social de consequências terríveis, sobretudo para os mais vulneráveis. Marco do regime fiscal vigente é a malfadada



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

EC 95/2006, originada na proposta conhecida como “PEC do Teto dos Gastos Públicos”, que na prática estabelece a redução dos gastos públicos em proporção do PIB, como também em relação ao crescimento demográfico. É a garantia do agravamento do nosso quadro social já lastimável.

Na esteira do desequilíbrio orçamentário aprofundado pelo Teto dos Gastos, que praticamente inviabiliza o investimento público, e dando seguimento ao projeto de redução do papel do Estado na economia (e concomitante avanço do setor privado), o governo atual tem procurado ampliar a discricionariedade de despesas de fundamental importância para a população como um todo, deixando-as a cargo de complementações orçamentárias de viabilização incerta.

Especialmente preocupante é a situação da Gestão Ambiental no Brasil. Em meio à pior crise de queimadas na Amazônia dos últimos anos, o governo não acrescentou nem R\$ 1,00 ao orçamento para monitoramento de risco de incêndios e de cobertura da terra feito pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), nem para programas e políticas de combate e fiscalização à incêndios florestais. Ainda, deixou suscetíveis às negociações com o Congresso quase 38% do valor destinado à ação em 2020.

Nos últimos anos, a Gestão Ambiental Pública tem sido bastante prejudicada. Desde 2014 há uma queda progressiva e violenta nos recursos destinados ao meio ambiente. Agrava-se o cenário com a proposta orçamentária de 2020, encaminhada ao Congresso pelo Poder Executivo, uma vez que em termos reais (valores corrigidos pela inflação), o montante destinado corresponde a 32% dos recursos de 2014.

Em relação ao detalhamento da execução do orçamento, a subfunção de “Preservação e Conservação Ambiental” tem historicamente um baixo grau de execução, especialmente em 2019, com pouco mais de 11% dos recursos efetivamente gastos para essa política. Essa subfunção abarca programas como: Mudança do Clima; Gestão de Riscos e de Desastres; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; Qualidade Ambiental. Já a subfunção de “Normatização e Fiscalização”, que também tem sido bastante



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

penalizada pelos cortes e priorizações do governo, apresentou percentual de execução em 2019 de pouco mais de 35%. Seu percentual de corte previsto para 2020, em relação a 2019 é de 27%. Esta subfunção envolve programas como: Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; Licenciamento e Qualidade Ambiental; Recursos Hídricos; Biodiversidade. Em relação à subfunção de “Recuperação de Áreas Degradadas”, o percentual irrisório de execução foi de 1,6%. O mesmo ocorreu em 2018, quando a execução foi de 2,35%. Alarmantemente, para 2020, há uma previsão de queda de recursos de 63%.

São dados e previsões de cortes orçamentários graves para as políticas públicas e programas de comando e controle da Gestão Ambiental Nacional. Não obstante o alto grau de degradação ambiental em curso na Amazônia e biomas brasileiros, consequência de uma agenda em que o ataque aos órgãos ambientais e os retrocessos tanto no executivo quanto no legislativo foram a tônica governamental nesta área, a proposta orçamentária para a área de Gestão Ambiental no PLOA 2020 inviabilizará reparos à atual crise ambiental de repercussão internacional que o país enfrenta.

Por todo o exposto, consideramos fundamental e urgente que o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia compareça a esta Comissão para debater o tema, e com esse fito solicitamos aos nobres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2019.

Fernanda Melchionna

Vice-Líder do PSOL